

Políticas Agrárias e Ambientais na Amazônia Oriental nos anos 90 **Impactos e participação da sociedade civil**

Manuel Amaral¹
William de Assis¹
Paulo Barreto²
Katrina Brown³
Márcia Muchagata³
Myriam Oliveira¹
Antonio Carlos Pereira⁴
Roberto Prado⁴
Philippe Sablayrolles⁵
Iliana Salgado⁵
Iran Veiga⁶

Existem hoje mais de 600 000 agricultores familiares na Amazônia brasileira, a maioria deles migrantes. Dinâmicas relacionadas ao preço da terra e aos atrativos da criação de gado induzem à constante conversão da floresta em pasto, forçando, sobretudo os mais pobres, a se deslocarem mais à frente na fronteira. O que se vê é a reprodução do processo de concentração fundiária e o aumento das desigualdades sociais. O governo potencialmente deveria ter um impacto significativo no processo de tornar sustentável a ocupação do solo na Amazônia, através de políticas públicas e intervenções que contrabalanceassem as forças econômicas que levam a estas constantes migrações. No entanto, regulamentações e ações contraditórias, implementadas por diferentes agências governamentais têm freqüentemente piorado a situação.

¹ Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins, Núcleo de Estudos Integrados da Agricultura Familiar, Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará- (LASAT-NEAF/CAP- UFPa) Marabá PA

manuel@nautilus.com.br , william@skorpionet.com.br e mamy@skorpionet.com.br

² Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)- Belém PA- pbarreto@imazon.org.br

³ Overseas Development Group- University of East Anglia Norwich- UK

m.muchagata@uol.com.br (autora para correspondência) e k.brown@uea.ac.uk

⁴ Cooperativa de Serviços Atiorô (COPATIORÔ)- Conceição do Araguaia PA- atioro@zmn.com.br

⁵ Laboratório Agro-ecológico do Tocantins, Núcleo de Estudos Integrados da Agricultura Familiar, Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará- (LAET-NEAF/CAP- UFPa) Altamira PA
laet@amazoncoop.com.br

⁶ Núcleo de Estudos Integrados da Agricultura Familiar Centro Agropecuário-Universidade Federal do Pará (NEAF/CAP-UFPa) Belém PA iveiga@ufpa.br

Este trabalho procura analisar em detalhe os efeitos das políticas agrárias e ambientais implementadas na região nos anos 90. Mais especificamente são analisados os impactos econômicos, ambientais e sociais das políticas de reforma agrária e o PRONAF, da legislação de uso do solo e lei de crimes ambientais nas micro-regiões de Altamira, Conceição do Araguaia e Marabá, no estado do Pará. Estes impactos foram analisados através do estudo de dados secundários acumulados nestas regiões e de entrevistas e seminários realizados com diferentes atores institucionais (organizações de agricultores, órgãos públicos, bancos, assistência técnica, ONGs, etc). Além dos impactos é analisado também o processo de participação da sociedade civil na elaboração e implementação destas políticas, em especial o papel das organizações de trabalhadores.

Conclui-se que algumas das políticas atuais apresentam alguns impactos positivos do ponto de vista econômico e que houve ganhos institucionais importantes, mas que os impactos ambientais são em geral negativos. Verifica-se também a pouca participação dos atores regionais na elaboração destas políticas ao nível macro-regional-nacional, que no entanto têm algum peso na implementação das políticas ao nível local. Não apenas o governo, mas também a sociedade civil como um todo têm dificuldade de refletir sobre a interação entre políticas agrárias e ambientais, condição necessária para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região.